

Família, escola e as TDIC'S: (Re)Pensando novas formas de relacionar, comunicar e aprender

Family, school, and ICTs: (Re)thinking about new ways to relate, communicate, and learn

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-123>

Keliane Rodrigues de Carvalho Meneses

Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Controle Social - pela Faculdade INESP; Especialista em Gestão Educacional - Faculdade São Salvador; Especialista em Aperfeiçoamento de Projetos Educacionais - Faculdade Inovatio; Especialista em Língua Portuguesa - Faculdade Inovatio; Licenciada em Letras- Língua Portuguesa e Literaturas pela UNEB - Universidade do Estado da Bahia; Especialização em Educação Digital (em andamento) pela UNEB-Universidade do Estado da Bahia-BRASIL.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6445831097408827>

E-mail: keli_meneses@hotmail.com

Ligiane Guimarães de Oliveira

Mestre em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable (UDS). Pós-Graduada em Ciências da Educação pela Faculdade Afirmativo (FAFI), Cuiabá-MT; Especialista em Gestão Educacional - Faculdade São Salvador, SEEB, Salvador; Especialista em Docência em Hist. e Geog.com ênfase em Educação Ambiental - Instituto de Educação Superior UNYAHNA de Barreiras - IESUB, IESUB, Brasil; Licenciada em Normal Superior pela Faculdade São Francisco de Barreiras, FASB [atualmente UNIFASB], Brasil; Licencianda em Letras – Português e suas Literaturas – VI Semestre – Universidade Estadual da Bahia - UNEB.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0998133861412562>

E-mail: ligianeoliveira07@hotmail.com

Luiz Henrique Hora Coelho Júnior

Doutor em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable (UDS). Mestre em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable (UDS). Pós-Graduado em Ciências da Educação pela Faculdade Afirmativo (FAFI), Cuiabá-MT. Musicoterapeuta Pós-Graduado pela Faculdade Olga Mettig, (FAMETTIG, FACTUR), Salvador-BA. ASBAMT – MT 162-D. CBO: 2263-05. Pedagogo Licenciado pela Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju-SE.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9855927701433744>

E-mails: henriquejrpedagogo@gmail.com

RESUMO

O pressuposto aqui referenciado analisa diversos artigos que discutem sobre a temática família e escola como propulsora do sucesso escolar. Apresenta diversos artigos de revistas e meios eletrônicos que investigam e argumentam sobre a temática em diferentes contextos expondo importantes fundamentos, críticas contundentes e pesquisas inovadoras. Registra reflexões por meio de uma fundamentação equilibrada sobre a função da família e da escola, bem como a transformações no bojo dessas instituições. Destaca autores que indagam e analisam a relação família escola como suporte para o sucesso escolar para uma construção de sociedade justa e inovadora. Por fim, faz uma reflexão que engloba o contexto histórico da formação da família, evidenciando as bases legais nacionais que destacam a necessidade da relação família e escola como formadoras e como espaço da educação norteadas pelos princípios basilares sociais, políticos, econômicos, culturais e pelos prospectos das novas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). Enuncia as diferentes funções da tríade família-escola-sociedade, expressando as a conduta dos atores da comunidade escolar como mediadores do conhecimento acadêmico, da organização do pensamento e das estratégias para aprender a lidar com as questões sociais e contribuir na educação familiar na gerência da educação tecnológica.

Palavras Chaves: Educação, Sociedade, Ensino e Aprendizagem, Gestão Escolar.

ABSTRACT

This study aimed to analyze several articles that discuss the theme of family and school as a driver of school success. In this sense, we sought to analyze several articles from magazines and electronic media, which investigate and argue about the theme in different contexts and important fundamentals, scathing criticism and innovative research. It presents a balanced foundation on the function of the family

and the school, as well as the transformation of both institutions. It highlights authors who investigate and analyze the family-school relationship as a support for school success and the construction of a fair and innovative society. Finally, it makes a reflection that encompasses the historical context of family formation, highlighting the national legal bases that highlight the need for the relationship between family and school as trainers and education space guided by basic social, political, economic, cultural principles and the prospects of new digital information and

communication technologies. At the same time that they differentiate functions, the school takes the side as a trainer of academic knowledge, the organization of thought and the strategies to be disseminated in society intertwined with family education and as an intermediary in the management of technological education.

Keywords: Education, Society, Teaching and Learning, School Management.

1 INTRODUÇÃO

A escola e a família são duas instituições que contribuem na formação da criança, adolescente e do jovem. No cenário emergente nota-se que as transformações sociais adentram no espaço familiar e no espaço escolar e com isso é notório a necessidade de adaptações para que seus membros possam responder as demandas oriundas do convívio estabelecido. E o contexto pandêmico, provocado pela Covid-19, assentou essa relação interpessoal no contexto desses espaços, mesmo ao apontar fragilidades na educação formal.

Na família e na escola, o desvelar do rol da dependência dos aparatos digitais de informação e comunicação midiáticos como suporte de presença, acolhimento ou para serem acolhidos em determinadas situações. Por outro lado, a prática e o uso exacerbado das ferramentas tecnológicas digitais revelaram medos, frustrações, angústias, além de aumentar o índice de ansiedade, desencadeando novos comportamentos tanto aos atores no cenário familiar, quanto aos atores da escola e sociedade em geral.

A família em decorrência das inúmeras formações, sofre tentativas de abandono diante dos preconceitos e ideais conservadores, demonstra constância em alicerçar e sustentar-se na sociedade atual. A escola por sua vez vem se organizando para responder e adequar aos avanços, primando pelas políticas públicas sociais e educacionais para responder as necessidades dos estudantes que adentram aos espaços formais. As legislações nacionais focam na formação familiar como base da educação primária, dos valores e da moral. Definem que a escola também é responsável por esta educação, com foco pedagógico, a continuidade da valorização dos valores humanos e seus costumes, respeitando a diversidade cultural de forma a abranger essa diversidade sem que haja “adversidade”.

O espaço social atual requer que família e escola deem conta do recado e assim coloquem em campo sujeitos verdadeiramente sociáveis, responsáveis e capazes de desenvolver sua noção de cidadania na prática, sabendo discernir o ser, ter e o fazer social. Para fortalecer essa dinâmica, estabelecida por ambas instituições, é importante considerar as mudanças do entorno de seus espaços. Observar como acontecem e como fluem os conflitos internos e externos, para serem arrumados. Observando as palavras de Esteves (2004) nos deparamos com um convite para a inserção do poder da resiliência nas ações cíclicas entre

família, escola e sociedade, mesmo que a sociedade não corresponda com o mesmo zelo nessa dinâmica. Para tanto, segundo o autor, é no,

Interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio bairro, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas. (ESTEVEVES, 2004, p. 24).

A família e a escola, bem que tentam harmonizar suas condutas emitindo estratégias para despertar seus membros, seja ele/a filho/a ou estudante, para dar conta das inúmeras situações a serem vivenciadas na sociedade e nas redes sociais. Quer dotando diretrizes incisivas ou não, apropriando-se de mecanismos, ferramentas ou do poder dos costumes diversos, que sejam capazes de promover respeito e prioridades no convívio social.

A alusão que este estudo faz ao destacar a relação família e escola em meio às novas tendências tecnológicas digitais da informação e comunicação (TDICs), prima-se pela essência de ambas instituições serem capazes de responder pelo sucesso escolar e social. É fomentar pela participação ativa dos pais nas decisões dentro do espaço escolar para contribuir diretamente na formação acadêmica de seus filhos/as, os/as quais serão futuros cidadãos a responderem pelas demandas e tomada de decisão frente uma sociedade, cuja cultura digital é ápice de influência do ser humano como um todo neste atual cenário.

Logo, a primazia desse estudo é analisar a relação entre família e escola e a influência das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) como ferramentas/mecanismos que influenciam na conduta interpessoal, comunicativa e de aprendizagem. Avaliar a contribuição de artigos que relatam e refletem sobre a temática em torno da família e escola como propulsora do sucesso escolar e social, evidenciando o papel dos profissionais nessa relação frente as novas tecnologias no contexto pós-pandemia, se assim podemos nomear essa expressão, que a covid-19 assentou como novo “*modus operandi*” da sociedade em geral.

Por meio do estudo da arte em diversos literários com abordagens importantes e críticas contundentes acerca da temática, apresenta uma fundamentação sobre a função da família e da escola, bem como a transformação dessas instituições e a condução, muitas vezes conflituosas, com as tecnologias digitais. O friso da temática marca autores que indagam e analisam a relação família e escola como suporte para o sucesso escolar e a construção de uma sociedade justa e inovadora. Por isso a importância dessa reflexão que engloba o contexto histórico da formação da família, evidenciando as bases legais nacionais que destacam a necessidade da relação família e escola como formadoras e espaço da educação como princípio basilar ao mesmo tempo que diferenciam essas funções ao direcionar a escola como formadora do conhecimento acadêmico, da organização do pensamento e das estratégias a serem disseminadas na sociedade entrelaçada com a educação familiar e os prospectos que a tecnologia digital de informação e comunicação trouxe para balizar essa relação.

2 A FAMÍLIA: DA FORMAÇÃO HISTÓRICA CONSERVADORA ÀS BASES DA CONTEMPORANEIDADE

Segundo Parolin (2007, p.50), “a família é o núcleo constitutivo do sujeito”. Como precípua na formação do ser, essa contribuição do espaço familiar arraigados em padrões, hábitos e costumes conservadores têm sido questionada, haja vista alicerça-se em meio a outras formações familiares moldadas em inúmeras constelações que não a tradicional: pai, mãe, filhos/filhas. Essa desestruturação além de provocar conflitos e tensões por conta do conservadorismo, avista desarmonia social e, com isso impregnar um padrão unilateral. Nessa conjuntura, vê-se a família como base social moldada em um novo padrão pouco aceitável pelas instituições formais e, sobretudo, provoca a promoção de mudanças nas políticas públicas, diretrizes educacionais e modo de vida em sociedade.

O padrão familiar constituído de pai, mãe e filhos e de outros membros, no comando patriarcal ou matriarcal, dar lugar às novas formações: pai/pai, mãe/mãe, mãe, pai. Mesmo diante desse novo cenário de constituição familiar, Perez (2009), afirma que, apesar de terem ocorrido evoluções, mudanças e conquistas nos grupos familiares, o grande desafio hoje é viver em família, independente do modelo familiar em que se convive. Barbosa (2011) corroborando com Perez (2009), pontua que a escola e a família são instituições que surgiram com o início da modernidade, sendo ambas responsáveis pela educação e pelo cuidado das crianças e jovens.

Sob a formação familiar no início da civilização Santos e Santos (2009), salientam que a família, ou grupamento familiar, não apresentava relações individuais, apenas a mãe era reconhecida. Afirmam que o surgimento de grupos diferentes, começaram a interagir, propiciando as uniões individuais, as relações monogâmicas. Ainda de acordo com os autores, a família monogâmica foi fundamental para a estruturação da sociedade. Logo, essa teorização histórica patriarcal nos convida a pensar que ter a paternidade reconhecida, os/as filhos/as foram favorecidos, pois passaram a ser beneficiados e protegidos com a assistência paternal.

No período romano, como delimita a história, a família passou a assumir um novo e importante papel social. E por ter criado esse vínculo com a sociedade, expande-se para as esferas: econômica, política, religiosa e jurídica. O “pater”, membro mais importante da família, ao administrar o patrimônio e o culto aos deuses, distribuía a justiça, participando do senado e exercendo seu poder sobre a mulher e os filhos. Neste cenário, o filho varão trabalhava com o pai nos campos, no foro, ou nas guerras, e as filhas ajudavam as mães em suas tarefas (ENQUITA, 1989).

No período da Idade Média, houve uma ampliação do domínio da Igreja sobre as relações familiares. O casamento religioso era o único reconhecido, sendo papel da família, neste período, conduzir os filhos quanto à profissão a ser seguida, a qual era transmitida de geração para geração. As famílias eram formadas por muitos filhos, pois a economia, baseada na agricultura, exigia mão de obra numerosa (SANTOS e SANTOS, 2009). Campos (2011), afirma que, neste período, os ensinamentos transmitidos pelas famílias

eram suficientes para a sobrevivência dos grupos sociais. Os valores, os conhecimentos, a moral e as práticas profissionais eram apreendidas no grupo familiar, os mais velhos transmitiam aos mais novos seus conhecimentos, garantindo, desta forma, as atividades necessárias à perpetuação e sobrevivência das famílias/grupos (CAMPOS, 2011).

No entanto, para Enguita (1989), mesmo que os filhos adotassem a profissão dos pais, havia o afeto como obstáculo para a autodisciplina e independência, necessários para o aprendizado. Assim, para que a relação entre mestre e aprendiz não fosse afetada pelas relações familiares, os jovens aprendizes eram enviados a outras famílias, as quais assumiam a função de educá-los, já demonstrando neste período “a incapacidade parcial da instituição familiar para iniciar as jovens gerações nas relações sociais existentes” (ENGUITA, 1989, p.108).

Após o advento da industrialização, de acordo com Santos e Santos (2009), a família perdeu a função de produtora e o homem passou a trabalhar nas fábricas. Para Oliveira (2009), acompanhando o aumento da economia, ocorreu uma maior pressão sobre o consumo de bens e serviços e o que antes era produzido no interior das famílias, passou a fazer parte do cômputo doméstico. O trabalho assalariado começou a ser realizado também pelas mulheres, as quais passaram a contribuir para o aumento do orçamento familiar.

As novas demandas que surgiram com o aumento do consumo exigiram maior formação e a escola passou a dividir com a família a responsabilidade sobre a educação dos seus filhos. É nesse cenário que a instituição escolar ganhou importância, sendo vista como a continuidade da educação familiar, oferecendo conhecimentos aprimorados e específicos para atender as demandas exigidas pelo desenvolvimento (CAMPOS, 2011). Segundo Enguita (1989), neste período, a escola tinha o papel de motivar os jovens o comportamento, a disposição, o hábito e o caráter necessários para o trabalho nas indústrias, ficando a instrução como segundo plano, atrás da ordem, da compostura e da pontualidade.

Oliveira (2009), assevera que a ocorrência das inúmeras mudanças, foram sem sombra de dúvidas radicais, principalmente em relação a composição da base familiar. Na verdade, diante da conjuntura não poderia afirmar-se como base, visto que as relações também sofreram grandiosos impactos na construção da identidade dos indivíduos e na relação de convívio uns com os outros em sociedade.

É notória as mudanças e com elas a “nova família”, que organizada diferentemente dos períodos anteriores, propõe arranjo distinto. Com isso, o cenário social também sofre as alterações, as relações e a postura diante da oferta aos novos membros pertencentes e estabelecidos sobre os padrões contrários ao modelo de família nuclear: pai, mãe e filhos/as. Essa nova composição pode variar em união de parceiros separados ou divorciados, pessoas do mesmo sexo, com filhos de outros casamentos, avós com netos e uma infinidade de arranjos, todos diferentes do modelo nuclear tradicional. No entanto, para a autora, “apesar de fazer parte do cotidiano das pessoas, não podemos afirmar que são socialmente aceitas” (OLIVEIRA, 2009 p.70).

Para Parolin (2007), seja composta por pai, mãe e filhos, avós e netos, avó, mãe e neto, mãe e mãe, pai e filho, ou outras formações, a grande arte da família é continuar se mantendo família, promovendo o crescimento, o desenvolvimento, a mudança de seus membros, além de continuar a ser família. A família, segundo a autora, deve ser um grupo duradouro, mas ao mesmo tempo pronto para aceitar mudanças, deve ser afetiva e funcional, deve promover o pertencimento de cada indivíduo e ao mesmo tempo promover e compreender a individualidade de cada um. (PAROLIN, 2007).

Portanto, independentemente de sua base de formação, a família, ou grupo de pessoas que demanda relações em sociedade deve promover a formação da identidade dos indivíduos membros desse grupo, de forma integral, principalmente no que condiz a formação do caráter, da afetividade e do saber conviver com seus pares e na relação social, na busca da melhor assistência para o seu desenvolvimento humano e da estrutura ao seu redor.

Com isso, é necessário que a família preserve a ideia de que a educação parte de dentro da relação do seio familiar, quaisquer que sejam sua formação, para fora, e assim poder contribuir na formação das outras instituições formais, como escola, igrejas, organizações e suas normas e diretrizes. É nessa relação mútua uns com os outros, conforme as regras e demandas da sociedade pertencente, que a civilização vai se construindo e se reconstruindo.

Considerando as inúmeras as formas de constituição das famílias, quanto as novas tecnologias digitais de informação e comunicação afetam na relação familiar? Se a escola atual tem o papel de continuar o processo de cuidar e formar acadêmico, como ela pode gerir as questões do universo familiar que se adentra nos espaços escolares? Numa primeira análise é necessário pensar essa relação no bojo familiar e no convívio escolar como uma ação cíclica. Mirar nos prospectos tecnológicos como parte do processo comportamental humano nas suas vivências individual e coletiva, diante do cenário contemporâneo. Uma ação crucial em meio as transformações das constelações familiares e os mecanismos que adentram em ambos os espaços. É, pois, importante esse olhar minucioso para as ferramentas tecnológicas como influenciadoras, motivadoras em ressignificar ou reforçar comportamentos nas relações interpessoais, ou ainda de modelos de acolhimento e de aprendizagens. É pensar a escola e sua função educacional e social, parte integral da formação humana.

3 ESCOLA PARA QUÊ?

A escola se apresenta como objeto importante no processo social, haja vista a formação acadêmica de seus profissionais para lidar com o ensino e, conseqüentemente com a aprendizagem. Essa função tomou larga escala devido ao atual cenário, no qual se encontra a sociedade. Para tanto, as ações pedagógicas da escola passaram a ser, necessariamente, mais criativas para dar conta das demandas a ela atribuída e possivelmente estabelecer uma relação harmônica e produtiva entre as instituições: escola e a família. E, por muitas vezes causando um desgaste físico e mental aos seus atores, por debruçar nas mais diversas

situações e, quando não exitosas, frustrarem-se, culpabilizarem-se pelos resultados de fracasso. O novo cenário exige do profissional escolar uma polivalência, que seu físico, mental, social e econômico não conseguem acompanhar e, sendo de escola pública esse contexto é mais agressivo, principalmente se tratando de políticas tecnológicas digitais de informação e comunicação, onde o espaço e insumos estão aquém dessa exigência multimodal e multiletrada.

Diante das mudanças que a sociedade sofreu e vem sofrendo, principalmente em decorrência dos avanços tecnológicos, da acelerada gama de informações e tantos outros fatores oriundos da mudança comportamental do ser humano e de sua evolução, coube um convite para pensar a nova estrutura e função da escola, porém não enviado aos interessados. Para tanto, culminou numa exacerbada divulgação de que a função da escola, enquanto instituição formadora do homem social não mudou, mas se alinhou aos novos modelos de família e vem ganhando diariamente mecanismos para lidar com tal processo. E a repercussão das mudanças na formação e função da família foram transportadas, em boa parte, para a escola. Contudo, é preciso assentar que a escola continua exercendo a função de transmitir conhecimentos científicos e por ele mediar o aprendizado na convivência social para acompanhar o ritmo das transformações estrutural e relacional que a sociedade apresenta, continuamente.

Por outro lado, nota-se que a escola se tornou vítima das mudanças no cenário social e com isso tem encontrado dificuldades em assimilar suas adequações diversas e adversas com as transformações familiares e com o advento das tecnologias e o seu fácil acesso. Cabe à escola e seus atores traçar estratégias, e estas serem incorporadas no bojo das demandas delegadas à escola, mesmo sabendo que não é um processo novo e nem fácil, principalmente por envolver pessoas contumaz ao processo de mudança e aceitação do novo. É perceptível o desenho imaginário desse novo jeito de escola pensada como um elo entre a família e a sociedade, e, com a efervescência das redes sociais midiáticas e “*digital influencer*”, uma aliança no mapeamento dos conflitos e alinhamento das perspectivas para a solução dos grotões instalados. Isso porque os olhares externos voltam-se para a escola e para sua função enquanto formadora de seres pensantes e atuantes para o mercado social e demais esferas. A escola se tornou esse reflexo de convivência social, de interação e integração, contribui na produção e transformação seres humanos mais humanos.

Para tanto, há uma necessidade dos atores do contexto escolar repensarem sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade de seus estudantes, ao mesmo tempo que atenda a pluralidade da comunidade escolar. Nessa linha, a gestão escolar tem a maestria de conduzir essa harmonia. Esse setor da escola, torna-se um parceiro da família, de forma a atingirem os objetivos educativos traçados democraticamente e assistidos pelas necessidades reais do coletivo escolar e familiar(es). É importante que a escola busque estreitar suas relações com a família em nome do bem-estar do estudante.

Os apontamentos miram a fluência dos objetivos da escola enquanto formadora de seres pensantes e a participação efetiva da família. Segundo Torres (2008) a família também se sente mais segura quando é orientada mais de perto pelos profissionais da escola. As responsabilidades da escola, na

contemporaneidade, vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão. Portanto, completa salientando que “[...] uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão” (TORRES, 2008. p. 29).

O papel fundamental da escola é de ensinar e educar no processo de formação social. A família no seu papel acolhedor amoroso dos costumes, regras e crenças deve primar em prover e custear sobrevivência humana individual na relação coletiva com demais membros, sejam eles pertencentes a quaisquer formas de família. Cuidar é uma ação da família, a qual irá potencializar os conhecimentos científicos através da orientação e do acompanhamento dos estudantes enquanto filhos/as.

É na família que o sujeito irá aprender a se organizar e respeitar os limites e regras sociais, o respeito, por sua vez, para desenvolver os valores e condutas e poder adquirir outros aprendizados tornando-se um ser consciente, pois sofre influência do meio do qual está inserido. Portanto, aprender o que é certo ou errado, o que é permitido ou não, até onde deve ir e respeitar a liberdade do outro são processos constitutivos e provenientes da base familiar. À escola, portanto, cabe estender essa formação advinda da família, dando seguimento a construção de uma sociedade, cujos indivíduos serão críticos e conscientes, verdadeiros cidadãos de um mundo justo e nele podendo inferir e transformá-lo, sabendo usar as ferramentas adequadas.

É desafiador o cenário de convivência familiar e escolar nesse cenário pós-pandemia. As formas que nos motivaram para manter elos de interação e integração foi híbrida. Ao passo que encurtou distância, contribuiu no distanciamento social evitando a proliferação viral da covid-19¹, por outro lado permitiu uma grande exposição às telas de inúmeros aparelhos eletrônicos (tabletes, celulares, notebooks, dentre outros), bem como lidar com os desafios de se adequar a essas tecnologias, a depender do cenário e contexto, tida como a “vilã” no processo educativo no contexto de sala de aula (no caso da TV, celular, por exemplo). O papel da escola supera a condição de mera transmissora de conhecimentos científicos. O papel da escola na contribuição do sujeito, quer em seu desenvolvimento pessoal ou emocional é primordial. (SYMANSKY, 2001).

Com isso, percebemos o desenvolvimento de diversas síndromes comportamentais físicas e mentais. Embora tenha sido uma maneira encontrada para interagir com as famílias e comunidade de modo a favorecer um trabalho conveniente e propício a todos, se constituiu num grande desafio para a escola devido à falta de insumos e política tecnológica no bojo da escola pública. Se, ela [escola pública], já caminhava a

¹ Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos. Acesso em 29 Jan. 2023.>

passos lentos no ranque de melhoria contracenando com as instituições privadas, sua vulnerabilidade escancarou mormente, minando possivelmente restabelecimento e concretude da prova.

4 REFLEXÕES SOBRE A TRIÁDE QUE DEVE CULMINAR A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES

“A família como toda instituição social, apesar dos conflitos é a única que engloba o indivíduo em toda a sua história de vida pessoal” (PRADO, 1981, p. 9). A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho (EVANGELISTA; GOMES, 2003, p. 203). São argumentos que ressaltam a importância entre a escola e família na formação basilar do indivíduo e de ambas as instituições estreitar laços, fazendo desse benefício um caminho para facilitar a aprendizagem e a formação do sujeito enquanto ser socialmente crítico e responsável por suas ações dentro e fora da escola e no cumprimento das normatizações e regras sociais. Assim,

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99).

Nessa linha de pensar, as duas instituições, escola e família, necessariamente precisam uma da outra, dentro de suas regras e metodologias para educar. Destarte, as leis brasileiras promulgam essa viabilidade ao firmar o compromisso da família em relação ao cuidado e acompanhamento dos filhos, enfocando a responsabilidade e a obrigatoriedade da frequência escolar (BRASIL, 1988). Para tanto, destaca-se no artigo 205 da Constituição Federal, Carta Magna de 1988, que a educação é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado e da família, devendo acontecer com o incentivo e colaboração da sociedade.

Nesse rol, o artigo 227, também reforça a declaração de que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças, jovens e adolescentes o direito à educação e à cultura e façamos o acréscimo da cultura digital, haja vista que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), investe nessa competência para alimentar a educação integral do ser com o apoio das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), no fomento do protagonismo estudantil, domínio, qualificação e ética. Ademais encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/9.394/96, essa comunhão inspiradora de produção de conteúdo social e qualificação para o trabalho, a partir do momento que salienta:

Art.2º: A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Nota-se que a Constituição de 1988 evolui sobre o conceito de família, para fortalecer essa discussão. GENOFRE (1997) destaca que “[...] o traço dominante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierarquizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua”. Ao reportar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), o destaque sobre a função da família está grafado no artigo 4º e versa que é dever da família, da comunidade e do poder público assegurar a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação. Se confirma no artigo 53, do referido estatuto, que as crianças e adolescentes têm o direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa e preparando-o para ser um cidadão, citando como direito dos pais ou responsáveis ter conhecimento dos processos pedagógicos e participar da construção das propostas educacionais da escola (BRASIL, 1990).

Tanto a CF/88 quanto o ECA/1990 citam a responsabilidade das duas instituições como responsáveis pela educação integral da criança, adolescente e jovens. A BNCC/2017, por meio das dez competências gerais, reforça o pensamento computacional no contexto da cultura digital e os impactos das tecnologias na relação social. Isso protagoniza a necessidade da escola e família comungarem dessa nova forma de relacionar, comunicar e aprender.

Somam-se a esse decreto forças para que a sociedade receba indivíduos capazes de lidar com as regras e normatizações, respeitando-as de forma coerentes e relacionando-se de forma mútua e capaz de desenvolver o espaço. Nesse rol de pensamentos cabe lembrar que as normatizações legais, aqui sinalizadas, em suas abordagens ressaltam a necessidade da participação da comunidade escolar, o que engloba pais, estudantes, professores e gestão escolar na construção de um currículo que venha agregar a identidade e as adversidades do grupo.

Com foco na gestão escolar democrática, a construção do seu projeto político pedagógico (PPP), é basilar no processo de formação do sujeito que a escola deseja para cumprir o papel social e com isso comungar dos ideais da família e das famílias diversas na sociedade emergente, no respeito a diversidade de sua formação. Para tanto, será importante instrumento norteador das ideias plurais, das diversas formações familiares, bem como a maneira de condução pedagógica nas estratégias de ensino e de aprendizagem. Não basta apontar conceitos de cidadão, criança, estudante, missão, visão, ensino e aprendizagem, para além de concepções as metas e ações serão de suma importância para direcionar a escola desejada para formação integral e os atores possam compreender o mundo digital e os impactos na vida enquanto sujeitos individual e nas suas relações culturais e comerciais.

O aparato legal infere que cada uma das instituições, família e escola, devem ser motivadoras e criativas na condução da formação dos sujeitos. A família, base inicial responsável pelos valores, formação moral e ética ligará a formação pedagógica a ser recebida na escola, que dará seguimento aos valores e costumes e diversidade cultural. Escola é para além da continuidade de hábitos e costumes familiares. É disponibilidade do aprendizado específico, do observar o convívio e como ele se estabelece na comunidade

escolar para ser lançado ao convívio social. É identificar descompasso, vícios, preconceitos, que muitas vezes a família por motivos de (in)formação, conhecimento não enxergam. É apontar caminhos, dispondo de forças e ações para ajudar a transformação. É para além de codificação de conceitos, conteúdos desconectados da vida. É produção e ampliação das estratégias na resolução de situações-problemas, ensinar a fazer fazendo.

Na escola o sujeito será capaz de organizar seus pensamentos e formar sua cidadania enquanto ser crítico e coparticipante nas tomadas de decisão. Ao final a escola tende a aproveitar o contexto social e a história de vida dos estudantes e assim criar as possibilidades para o mesmo adquirir ou desenvolver seu potencial e suas experiências de vida. É primordial e necessário a família acompanhar essa formação escolar. Até porque a disciplina dos estudos e atividades pedagógicas devem ser acompanhadas em casa. Escola prima pela continuação e reforço da família e vice-versa. Não exige a família de opinar, participar na gestão escolar, sugerir e corrigir quando necessário para poder avançar mais e melhor na educação e princípios norteadores do currículo e de que tipo de cidadão pretende-se formar. O envolvimento da família, com certeza irá contribuir e assegurar uma boa formação do sujeito. Esse laço estreito família-escola que dar certo e tende a promover o sucesso escolar do sujeito integral e assim o que promulga as leis, de fato serem cumpridas.

Segundo Oliveira e Marinho-Araújo (2010), a família é responsável pela educação primária. Portanto cabe a ela a transmissão dos modelos e a forma como os sujeitos desempenhará seus papéis sociais, orientando-os no desenvolvimento e na aprendizagem e dos comportamentos, de acordo com os padrões sociais adequados ao grupo em que está inserida. Concordando com os autores anteriores, Portela e Almeida (2009), afirmam que, mesmo não sendo o único espaço de socialização, a família é um lugar privilegiado, pois tende a ser o primeiro grupo socializador, se instituindo como uma das mediações entre o homem e a sociedade. Neste contexto, Parolin (2007, p.56), corrobora e completa esse pensamento afirmando que:

É na família que uma criança constrói seus primeiros vínculos com a aprendizagem e forma o seu estilo de aprender. Nenhuma criança nasce sabendo o que é bom ou ruim e muito menos sabendo do que gosta e do que não gosta. A tarefa dos pais, dos professores e dos familiares é a de favorecer uma consciência moral, pautada em uma lógica socialmente aceita, para que, quando essa criança tiver de decidir, saiba como e por que está tomando determinados caminhos ou decisões.

Dessen e Polonia (2007), defendem que a escola pode ser considerada um “microsistema” da sociedade, e que as transformações que ocorrem no meio social em que está inserida se reproduzem em seu interior. Para as autoras, preparar estudantes, os professores e os pais para que possam enfrentar as dificuldades e acompanhar as mudanças e os conflitos interpessoais de uma sociedade que muda rapidamente, é uma das tarefas da escola, a qual deve também orientar o indivíduo em seu desenvolvimento.

Para Oliveira e Marinho-Araújo (2010), a escola e a família são agências socializadoras, no entanto são distintas comportamental e estruturalmente. Apresentam características simultaneamente comuns e divergentes. Rematam que a família e a escola partilham a tarefa de preparar os indivíduos para uma vida

econômica, social e cultural, mas os objetivos na tarefa de ensinar são diferentes. Sob essa perspectiva, Perez (2009), defende que, ao se relacionar com a família informalmente, a criança aprende. Na escola, o aprender deve acontecer em momentos programados, pré-estabelecidos, com pessoas específicas. Escola e família se constituem como agências socializadoras e educativas, com características comuns e diferenciadas. (PEREZ, 2009).

Ambas congregam da importância de preparar os sujeitos, contribuir na potencialização das habilidades e, conseqüentemente irão enriquecer a participação na sociedade. Contudo, cabe à escola também, a responsabilidade de transmitir os conteúdos escolares valorizados, conteúdos considerados essenciais para a formação do cidadão (PEREZ, 2009). Nas palavras de Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 101).

Escola e família têm suas especificidades e suas complementariedades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais.

Corroborando com Oliveira e Marinho-Araújo (2010), Parolin (2007) salienta que à medida que nossa sociedade se torna cada vez mais complexa, maiores são as relações sociais que se estabelecem. A tarefa de orientar os indivíduos, antes exclusiva das famílias, passou a ser também das escolas. Aprender a viver em sociedade deixou de ser responsabilidade somente das famílias. Nesse rol, outras instituições ou organizações sociais, como a igreja, por exemplo se apresentam nesse novo cenário e passam a ser responsáveis pela educação, como orientadoras/res, dada a prematuridade da inserção desses sujeitos em ambientes formais ou organizações. Com isso, origina-se uma nova filosofia para os educadores e para a escola, “os quais devem ser parceiros das famílias na formação dos indivíduos” (PAROLIN, 2007, p. 61). Nesta nova realidade, a escola e as famílias surgem como as duas instituições fundamentais para o desenvolvimento da criança “atuando como propulsoras ou inibidoras do crescimento físico, intelectual e social das pessoas” (DESSEN e POLONIA, 2007, p. 22), ao mesmo tempo em que a escola tem por função a socialização entre seus participantes.

O mundo capitalista também tem sua parcela de influência nas mudanças de função família – escola e com o avanço tecnológico e as formas híbridas de sociabilidade movimentou o comportamento humano em sua essência física e psíquica. Sabe que a aprendizagem acontece por meio da interação com pessoas e também com a utilização de ferramentas para impulsionar na imersão desse universo em que os sujeitos estão inseridos.

O período pandêmico provocado pela covid-19 deixou na humanidade as sequelas na saúde física e psíquicas. O medo da contaminação por um vírus que nada se sabia, políticas públicas e sanitárias incertas, condutas médicas duvidosas. Muitas incertezas e divulgações de fatos inverídicos, deixaram a população mundial à mercê das redes sociais, porque no ápice a única forma de conter o barramento viral era o distanciamento social. Este por sua vez se deu pelo ato físico, mantendo-se nas famílias, nas escolas

(quando adotadas políticas de acolhimento e continuidade do processo formal escolar) o contato em telas, quer seja pelos tablets ou pelos celulares, um encurtamento geográfico.

Os suportes tecnológicos foram a mola propulsora no momento e desvelou um novo jeito de fazer educação, e também novas preocupações dos pais em monitorar os filhos/as diante da exposição das telas, quer seja pelo período de tempo, quer seja pelas descobertas. Professores usando o ambiente familiar, limitando suas relações, foram vítimas do sucateamento escancarado da educação pública, obrigados a lidar com as questões da família, da escola num mesmo espaço. Desafios, conflitos, tensões e ressignificação do fazer pedagógico em meio à disputa para se manterem vivos e aptos ao exercício da profissão e sustento da família.

Nas recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria (2016) visualizamos a apresentação reocupações dos membros no contexto familiar e por isso indicam que os adolescentes não devem permanecer isolados nos seus quartos. Eles precisam de horários estabelecidos e mediados pelos seus pais, com limites de horários para uso da tecnologia. Importante que os pais mantenham o diálogo e façam abordagens sobre valores, regras e condutas familiares para proteger socialmente sua prole, no uso saudável, produtivo, construtivo e crítico de tais ferramentas tecnológicas; conviver e compartilhar momentos sem uso de aparelhos eletrônicos, promovendo períodos de prazer, atividades longe do *Wi-fi* ou de celulares e notebooks; fortalecer situações familiares como: horário das refeições, banhos, espiritual, entre outros cuidados coletivos de interação e integração.

Se as recomendações já eram necessárias antes do contexto pandêmico, no ápice das políticas de distanciamento, a SBP além de fortalecer as existentes promoveu a extensão para melhor atender as atividades no atual cenário pandêmico. Esta atualização foi necessária para auxiliar as questões de saúde física e mental, permitindo aos profissionais da saúde, a família e a escola evitarem os principais agravos condicionados à exposição inadequada das TDICs, além de permitir a motivação e estímulo de práticas saudáveis com a utilização dessas ferramentas. Para além das recomendações anteriores, a SBP (2020), com a campanha “#Menostela#Maissaude”, se preocupou em manter a saúde dos sujeitos envolvidos, que expostas a agressividade e intolerância manifestadas nas telas por meio de jogos e redes sociais, sendo reguladas podem diminuir os impactos causados, bem como mudar comportamentos na vida adulta. Propõe parte do texto SBP (2020, p. 30).

Cada vez mais, são importantes as ações de alfabetização midiática e mediação parental para ensinar às famílias, escolas, empresas de comunicação e tecnologia e também pediatras a respeito do uso ético, seguro, saudável e educativo da internet.

As recomendações são mecanismos que apontam uma direção para a família e escola pensar ações em seus espaços. Nesse contexto, as palavras da Dra. Eisenstein (2020, s/p – site da SBP) motiva e orienta os cuidados em manter ambientes saudáveis e acolhedores, haja vista a importância dessa alfabetização

mediática sinalizada nas recomendações da SBP (2020). Para tanto, Eisenstein (2020, s/p – site da SBP) promulga que,

O olhar, a expressão facial, todo esse contato com a família é vital para a criança pequena. Uma fonte instintiva de estímulos e cuidados que não pode ser trocada por telas e tecnologias e são fundamentais para o desenvolvimento da linguagem, das habilidades cognitivas e sociais. Atrasos nessas áreas são frequentes em bebês que ficam passivamente expostos às telas, por períodos prolongados.

É tempo de vivências de novos desafios, porém apostar no entrosamento é ganhar na comunicação. Não se pode abrir abismos, arriscar a saúde ou promover ruídos desconectados. Se há revolução na comunicação, da informação, socialização e na aquisição de conhecimentos, carece que nós enquanto seres humanos, profissionais, pais ou responsáveis saibamos absorver estes aparatos tecnológicos e dominá-los e não o contrário, usá-los para os benefícios e promoção de períodos de compartilhamentos e aprendizagens responsáveis.

Estão revolucionando a maneira como as pessoas se comunicam, buscam, trocam informações, se socializam e adquirem conhecimento, o que se carece de tempo para absorvê-las e dominá-las (UNGERER, 2013). Os pais vão sendo forçados a assumir novas posturas no sentido de orientar os filhos, à medida que as consequências das novas tecnologias na vida familiar vão acontecendo. No entanto, enquanto nenhum prejuízo evidente acontece, a família vai acomodando essa interação de forma pouco consistente e até mesmo desorientada (WAGNER et al, 2010).

A educação familiar se sobrepõe às demais instituições das quais o indivíduo participa ao longo de sua vida e, sendo assim, a família se torna fonte confiável de saberes sociais e atitudinais, tendo como finalidade educar seus filhos. Oliveira (2010, p. 65) cita a escola como sendo a instituição que complementa o trabalho que foi iniciado no seio familiar, a qual terá como incumbência desenvolver os aspectos educacionais pedagógicos do indivíduo, “sendo de grande importância o entrosamento família-escola na execução da tarefa educativa”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar do tema família-escola e a influência das TDICs na socialização dos sujeitos é propor uma reflexão acerca dos conflitos e tensões nos laços de amizade entre seus atores. Enquanto responsáveis pela educação dos filhos/as e, conseqüentemente estudantes, escola e família precisam manter o diálogo e fortalecerem as relações, principalmente numa sociedade que se vivencia os avanços tecnológicos. Porém, ao mesmo tempo que se complica torna-se necessário fazer uma reflexão acerca das contribuições desse enlace para o sucesso escolar e social do indivíduo, como ser cidadão. Nesse contexto, as funções tanto de uma, quanto de outra instituição, vão se entrelaçar e dar o maior suporte na formação desses sujeitos, incumbidas de formar cidadãos competentes, responsáveis e de conduta exímia para dar conta de se relacionar na sociedade.

Com base nos princípios legais e nas reflexões redigidas até aqui, percebe-se o quanto a família evoluiu e o quanto a escola precisa evoluir e se adequar para dar conta de ofertar um ensino que alavanque condignamente a aprendizagem dos estudantes, membros de um grupo familiar diverso e com grande diversidade cultural, social, política e econômica. Assim estes, por sua vez se estabeleçam como cidadãos atuantes no mercado de trabalho, na economia, na política e vida cultural. Possam resolver as diversas situações problemas que lhes serão incumbidas diuturnamente, da melhor forma possível.

As bases legais, como a CF/88, BNCC/2017, ECA/1990 e LDBEN 9394/96 são instrumentos que firmam o propósito em garantir que a família e a escola estreitem seus laços e produzam mecanismos suficientes e eficazes na condução do processo de educação. Estas leis debatem a importância da participação dos envolvidos na vida dos indivíduos: filhos/as e estudantes. Família-escola, portanto, se constituem de princípios fundamentais na organização do potencial do sujeito, definindo seu papel, sua função e atuação na família, na escola e na sociedade, bem como estabelecer uma relação mútua com todos os envolvidos nesses grupos ou organizações. Desta feita, tanto uma, quanto outra instituição, contribuirá para o sucesso educacional e, juntas se fortalecem contra as intempéries que surgirem.

As TDICs fazem parte da sociedade pós-moderna, e continuará avançando. Fazem parte do cotidiano humano e tem-se proliferado rapidamente. A era contemporânea, a família e a escola não se imunizaram porque não há vacina para as mudanças produzidas pelas tecnologias. Já são consideradas novo membro familiar, novo estudante no espaço escolar e a pergunta que se faz é: como lidar com esse novo membro? Quais as restrições (se é que há) para lidar com a inteligência artificial? Para Bauman (2011), as relações virtuais abatem facilmente a “vida real”, tendo em vista, a capacidade dos equipamentos eletrônicos de multiplicar encontros entre as pessoas, tornando-os breves, superficiais e sobretudo descartáveis. Nesse sentido, torna-se indispensável manter o fortalecimento das relações familiares e da escola concernente ao uso de aparato tecnológico, no intuito de manter a saúde física e mental das futuras gerações.

Portanto, família-escola, ambas, devem andar juntas, no intuito de vencer os infortúnios que forem surgindo, casa, escola e na sociedade, que se tornam intempéries na condução do processo de formação familiar, educacional/pedagógica e social. Caminhando juntas, família-escola, na participação conjunta e na tomada de decisão, estas instituições poderão fortalecer a concretude da ideia de que é a partir da educação que se transforma o mundo.

REFERÊNCIAS

- Bauman, z. 44 cartas do mundo líquido moderno. Rio de janeiro: zahar. 2011.
- Barbosa, j.s.b. a importância da participação familiar para a inclusão escolar. Unb. Ipatinga, mg, 2011. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_julianasilveirabrancobarbosa. Pdf acesso 18ja 2023.
- Brasil. Constituição federal. Constituição da república federativa do brasil. Brasília: ministério das comunicações, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao> acesso em 18jan2023.
- Estatuto da criança e do adolescente/ eca lei federal nº 8069, diário oficial da república federativa do brasil, Brasília, de 13 de julho de. 1990 brasil. Supremo tribunal federal. Definição de educação inclusiva. Relator: ministro bernardino ferreira. Rio de janeiro.
- Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário oficial da união. Ano 1990, disponível em: <https://cutt.ly/yecvbmb>. Acesso em 18 jan. 2023.
- Ministério da educação. Lei de diretrizes e bases da educação 9.394/96. Brasília. Mec, 1996. <Http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>> acesso em 18 jan. 2023
- Ministério da educação. Base nacional comum curricular (bncc). 2017.
- Dessen, m.a.& polonia, a.c. a família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/paideia>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- Enguita, m. F. A face oculta da escola. Pa. Artes médicas, 1989.
- Esteves, jose m. A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento. São paulo: moderna, 2004.
- Evangelesta, f; gomes, p. De t. (orgs) educação para o pensar. Campinas: alínes, 2003.
- Genofre, r.m. família: uma leitura jurídica. In: a família contemporânea em debate. São paulo: educ/cortez, 1997.
- Meksenas, paulo. Sociologia. 2. Ed. São paulo: calçadense, 1994.
- Oliveira, n.h.d. recomeçar: família, filhos e desafios (online). São paulo: editora
- Unesp; são paulo: cultura acadêmica, 2009. 23p. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/965tk/pdf/oliveira-9788579830365.pdf> acesso em: 08 jan. 2023.
- Oliveira, pérsio santos de. Introdução à sociologia da educação. 03.ed. São paulo: ática, 2003.
- Oliveira, c. B. E marinho araujo,c.m. a relação família escola: 2010. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?Isiscript=iah/iah.xis&src=google&base=lilacs&lang=p&nextaction=lnk&exprsearch=548678&indexsearch=id> acesso em: 08 dez. 2022.

Parolim, isabel. As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares. Fortaleza, 2003.

Professores formadores: a relação entre família, a escola e a aprendizagem. Série: práticas educativas. Curitiba: positivo, 2007.

Perez, m. C. A. Família e escola na contemporaneidade: fenômeno social. Revista ibero americana de estudos em educação, unesp, vol.4 nº3, 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewfile/2763/2499> acesso em: 09 mar. 2020.

Prado, danda. O que é família. São paulo: brasiliense, 1981.

Santos, j. B & santos, m.s.c. revista jurídica brasileira. Vol.10, nº 92, p.01a 30, out/2008 a jan/2009. Disponível em: www.presidencia.gov.br/revistajuridica acesso em: 08 dez. 2023.

Eisenstein, e. Sociedade brasileira de pediatria (sbp): atualiza recomendações sobre saúde de crianças e adolescentes na era digital.2020 <disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sbp-atualiza-recomendacoes-sobre-saude-de-criancas-e-adolescentes-na-era-digital/>> acesso em 28 jan. 2023.

Symansky, heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: plano, 2001.

Torres, sueli. Uma função social da escola. Em www.fundacaoromi.org.br/homesite/news.asp?news=775. Acesso em 10 dez. 2023.

Ungerer, r. Sociedade globalizada e mundo digital. In c. N. Abreu, e. Eisenstein & s. G. B. Estefenon, (orgs.). Vivendo esse mundo digital (pp. 209-219). Porto alegre: artmed. 2013.

Wagner, a., mosmann, c. P., dell'aglio, d. D., & falcke, d. (2010). Família e internet. Col. E agora.com – a era da informação e a vida cotidiana. São leopoldo: editora sinodal.